

Sarney deixa oficiais de justiça na espera

BRASÍLIA — Após tentar, durante três horas, entregar pessoalmente ao presidente José Sarney a citação da ação popular impetrada pelo deutoado Álvaro Valle (PL-RJ), exigindo explicações sobre os gastos com a viagem a Paris, os oficiais de justiça Izídio da Costa e Mário Lúcio Santana de Vasconcelos, obtiveram do chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a marcação de audiência para a próxima quarta-feira, às 14h50, no Palácio do Planalto. "Nunca fui tão famoso na minha vida", disse Ileno.

Os dois funcionários da Justiça Federal de Brasília chegaram ao Planalto no Santana do advogado de Valle, Joarez Heringer. A portaria informou que Sarney não estava em palácio e os encaminhou ao Gabinete Civil, no quarto andar. Após esperarem cerca de dez minutos, Ileno e Mário Lúcio foram recebidos pelo secretário-geral do Gabinete Civil, Maurício Vasconcelos, que se ofereceu para guardar a citação até que o presidente Sarney retornasse, na segunda-feira.

Ileno e Mário Lúcio responderam que a ordem da juíza Celene Maria de Almeida era testemunhar a assinatura do presidente no documento. Maurício Vasconcelos sugeriu, então, que eles voltassem na segunda-feira, mas telefonassem antes para não perder a viagem.

Ao Alvorada — Eram 16h40 quando os dois deixaram o Planalto, anunciando que iriam buscar orienta-

ções de procedimento com a juíza Celene Maria de Almeida. Ela determinou que se dirigissem ao Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, com a incumbência de só entregar a citação presidente Sarney, em pessoa.

Mais uma vez conduzidos pelo advogado de Álvaro Valle, os oficiais de justiça chegaram ao Alvorada às 16h15. Esperaram, sentados na guarita, até às 17h, quando o ajudante de ordens, capitão Ornelas, informou por telefone que o presidente não poderia recebê-los, porque tinha muitos compromissos marcados. Orientou-os, entretanto, a retornar ao Palácio do Planalto e marcar audiência com o ministro Costa Couto. O chefe do Gabinete Civil informou que a data disponível era quarta-feira, 26 de julho, às 14h50.

"Todas as vezes que a liberdade é exercida, não se deve levar sustos", declarou o ministro Costa Couto no início da noite, em entrevista. "Temos é que comemorar que a Justiça tem liberdade para agir e que o presidente está sendo citado em uma ação popular. O terrível é que isso não pudesse acontecer, como houve no passado e ninguém gostava." Disse ainda que a liberdade vigente no país é irreversível e lembrou que, de acordo com a lei, só na terceira recusa em receber os oficiais de justiça ficaria caracterizado que o presidente Sarney negava-se a tomar conhecimento da ação popular movida contra ele.